

- ATA DA REUNIÃO DE 24 DE ABRIL DE 2019 (N.º 09/2019)

Aos vinte e quatro dias do mês de abril do ano de dois mil e dezanove, nesta vila de Figueiró dos Vinhos, realizou-se a reunião ordinária da Câmara Municipal sob a Presidência do Senhor Jorge Manuel Fernandes de Abreu; estando presentes os Senhores Vereadores Eng.º Luís Filipe Antunes da Silva; Dr.ª Marta Inês Dinis Brás Cardoso Fernandes; Amândio Manuel Ideias Mendes e Eng.º Manuel da Conceição Paiva. ____

Hora de Abertura: dezassete horas e trinta minutos_____

Verificando-se quórum, o Senhor Presidente declarou aberta a reunião, estando presente o Técnico Superior da Unidade Orgânica Administrativa e Financeira, Sr. José Manuel Lucas Prior, procedendo-se de seguida à discussão e análise dos assuntos incluídos na Ordem de Trabalhos, tendo sido tomadas as deliberações que se seguem, após dar cumprimento ao período de antes da Ordem do Dia. _____

1. PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

O Sr. Presidente da Câmara Municipal Jorge Abreu, cumprimentou todos os presentes, dando conhecimento aos Senhores Vereadores do pedido de substituição para a presente reunião, do Sr. Vereador Dr. Carlos Lopes, estando em sua representação o Sr. Amândio Manuel Ideias Mendes, tendo o pedido sido aceite. Também deu conhecimento do seu Despacho n.º 10/2019, datado de 12/04/2019, relativo à delegação de competências próprias, na Sr.ª Vice-Presidente Dr.ª Marta Brás, no período de 15 a 17 de abril de 2019, por motivo de férias. _____

De seguida, manifestou a sua congratulação pela atribuição do Galardão PME LÍDER, às duas empresas Joaquim Quaresma Ferreira Ld.ª e Distrifigueiró-Supermercados com sede em Figueiró dos Vinhos, desejando-lhes a continuidade de maiores e melhores sucessos. _____

Prosseguiu propondo um **Voto de Pesar pelo falecimento do Sr. António da Cruz Godinho Quaresma**, Ex-Chefe de Divisão da Câmara Municipal de Figueiró dos Vinhos, um excelente profissional. _____

O Sr. Vereador Eng.º Filipe Silva, também expressou o seu voto de pesar, realçando a pessoa do Sr. António Quaresma que deixa saudades pela sua forma de ser, lembrando a sua esposa que também foi trabalhadora do município de Figueiró dos Vinhos e que também já faleceu, deixando um voto de solidariedade à família, mais especificamente ao seu filho Gonçalo Quaresma. _____

Depois destas considerações, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar o **Voto de Pesar pelo falecimento do Sr. António Quaresma**, tendo sido guardado um minuto de silêncio em sua memória, transmitindo o mesmo à sua família. _____

- ATA DA REUNIÃO DE 24 DE ABRIL DE 2019 (N.º 09/2019)

O Sr. Presidente da Câmara Municipal Jorge Abreu, fez uma declaração que se transcreve na íntegra:

“Após uma leitura mais atenta da intervenção do Vereador Filipe Silva na última reunião de Câmara relativa à aplicação do estatuto dos eleitos locais ao Vereador Carlos Lopes, bem como à atividade de formador que desenvolve, no âmbito do pedido de acumulação de funções que apresentou, com enquadramento legal na Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, uma vez que é trabalhador do Município de Figueiró dos Vinhos, entende-se que: _____

- Muito para além de um ataque claro ao vereador visado, são feitas no dito documento várias e graves acusações pelo Vereador Filipe Silva ao Presidente da Câmara e aos Serviços; _____

- Pese embora não o identifique como requerimento, a dada altura são apresentadas no documento diversas questões a que são exigidas respostas; _____

- Ainda assim, verifica-se que o Vereador não se limita a questionar, apresentando ao longo do documento comentários, interpretações, insinuações e processos de intenção que, a nosso ver, ultrapassam claramente o que a lei legitima em termos do que é consagrado no direito de oposição. _____

Posto isto, entendendo-se que este direito pode estar a ser abusivamente utilizado para levar a cabo um caminho que em nada dignifica a política e os nossos eleitos locais, não será de imediato dada resposta às alegadas questões colocadas sem que: _____

- Tudo o que é afirmado no documento em causa seja alvo de uma cuidada análise no âmbito jurídico; ____

- Seja cabalmente clarificado pelo vereador Filipe Silva toda a matéria por si posta em causa quanto à aplicabilidade da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas no Município de Figueiró dos Vinhos no que concerne à acumulação de funções públicas com funções privadas, _____

- Seja esclarecido pela DGAL – Direção Geral da Administração Local, o pedido de parecer a ser solicitado pelo Município de Figueiró dos Vinhos quanto à aplicabilidade do estatuto dos eleitos locais aos dois vereadores da oposição do Município de Figueiró dos Vinhos. _____

Aguardamos serenamente a análise jurídica, que se encontra em curso, a todas as graves afirmações proferidas pelo Vereador Filipe Silva, e eventualmente vir, em sede própria, exigir prova de tudo o que naquele documento é afirmado”. _____

O Sr. Vereador Eng.º Filipe Silva, começou por cumprimentar o Sr. Presidente, coisa que o Sr. Presidente não fez como é norma habitual, lamentando esse ato, de seguida cumprimentou os Srs. Vereadores o Sr. José Prior e a Sr.ª Secretária do GAP. _____

Relativamente ao Galardão PME LÍDER, atribuído às duas Empresas, também manifestou o seu regozijo, sendo um facto positivo para o concelho. _____

- ATA DA REUNIÃO DE 24 DE ABRIL DE 2019 (N.º 09/2019)

Quanto à declaração que o Sr. Presidente leu, pediu cópia da mesma. _____

O Sr. Presidente da Câmara Municipal Jorge Abreu, referiu que quando chegou cumprimentou todos os presentes, se não o fez de forma individualizada foi por mero lapso. Quanto ao texto que leu, seria vertido em ata e nessa altura tinha acesso ao mesmo. _____

O Sr. Vereador Eng.º Filipe Silva, referiu que tem direito a cópia do documento é de lei, ele próprio assim o faz, todos os documentos que lê, entrega de imediato em papel, o Sr. Presidente tem os seus direitos, mas ele também tem os seus, o Estatuto do Direito de Oposição dá-lhe esse direito. _____

O Sr. Presidente da Câmara Municipal Jorge Abreu, voltou a referir não se tratar de documento nenhum, é por isso uma declaração sua que será vertida em ata e quando receber a mesma, terá acesso ao texto na sua íntegra. _____

O Sr. Vereador Eng.º Filipe Silva, disse que o Sr. Presidente pelo facto de estar a presidir a Mesa faz o que bem entende, adiantando que não vai estar quinze dias à espera do documento, solicitando novamente cópia do mesmo. _____

Outro assunto que abordou, foi em relação às senhas de presença, que na Reunião de Câmara de 13/03/2019, foi discutida a questão da atribuição das senhas de presença, que o tratamento seria diferenciado, o Vereador Dr. Carlos Lopes receberia através de Ordem de Pagamento e ele (Vereador Eng.º Filipe Silva) processado junto com o vencimento, adiantou que passaram os meses de março e abril, e o procedimento não foi corrigido, tendo inclusivamente questionado os serviços que lhe disseram que não tinham informação nesse sentido, questionando o Sr. Presidente o que se passava. _____

Também trouxe outro assunto, relativo ao Bairro S. João Batista, se estava prevista a marcação do pavimento, inclusivamente para pessoas com dificuldade de mobilidade, referindo que foi questionado para isso e daí querer saber o ponto da situação. _____

Prosseguiu fazendo uma recomendação à Câmara Municipal, relativa ao Relatório sobre o Estado do Ordenamento do Território de Figueiró dos Vinhos (REOT) documento que leu e se transcreve na íntegra:

“Recomendação à Câmara Municipal

Relatório sobre o Estado do Ordenamento do Território de Figueiró dos Vinhos (REOT)

- ATA DA REUNIÃO DE 24 DE ABRIL DE 2019 (N.º 09/2019)

A aprovação da Revisão do Plano Diretor Municipal de Figueiró dos Vinhos foi publicada no Diário da República n.º 168/2015, Série II de 28.08.2015, através do Aviso 9814/2015. _____

A Lei de Bases Gerais da Política Pública de Solos, de Ordenamento do Território e de Urbanismo (Lei n.º 31/2014 de 30 de maio) e o RJIGT - Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial (Decreto-Lei n.º 80/2015, de 14 de maio), determinam a importância da permanente avaliação da política de ordenamento do território, a qual deverá ser efetuada de quatro em quatro anos – n.º 3 do artigo 189.º do RJIGT. _____

Nos termos deste artigo a câmara municipal deve elaborar, um relatório de quatro em quatro anos sobre o estado do ordenamento do território, a submeter, respetivamente, à apreciação da assembleia municipal.

O relatório deve avaliar o nível de execução dos objetivos e concretização das ações propostas no PDM de Figueiró dos Vinhos e deve traduzir o balanço da execução do Plano Diretor Municipal, objeto de avaliação, bem como dos níveis de coordenação interna e externa obtidos. Após concluída a sua elaboração é submetido a um período de discussão pública de duração não inferior a 30 dias, conforme previsto no RJIGT. _____

A importância deste documento reveste-se no facto de constituir um processo contínuo capaz de analisar e avaliar a concretização das estratégias de desenvolvimento territorial municipal, uma vez que permite monitorizar e, desse modo, redefinir medidas e ações que não tenham alcançado os objetivos definidos.

A avaliação é tanto mais premente quanto indispensável ao processo de planeamento territorial, enquanto processo contínuo, que contribui para a adequação do Plano à realidade dos dias de hoje. _____

A não elaboração dos relatórios sobre o estado do ordenamento do território, nos prazos estabelecidos, determina, consoante o caso, a impossibilidade de rever o programa nacional da política de ordenamento do território, os programas regionais e os planos municipais e intermunicipais. _____

Assim o PSD - Partido Social Democrata de Figueiró dos Vinhos recomenda à Câmara Municipal que: ____

1. Assegure a elaboração do REOT de Figueiró dos Vinhos como instrumento de monitorização das dinâmicas territoriais. _____

Figueiró dos Vinhos, 24 de abril de 2019

O Vereador

Luís Filipe Silva” _____

Ainda no uso da palavra, o **Sr. Vereador Eng.º Filipe Silva**, disse ao Sr. Presidente que acabou de gerar um confronto de ideias, lamentando toda aquela situação, assim houvesse um entendimento por parte do Sr. Presidente em dar oportunidade aos Vereadores da oposição, são vistos como um incómodo, um estorvo, adiantando que não abdicará do seu estatuto, sendo um desgaste constante para todos e a postura do Sr. Presidente naquele órgão em cerimónias oficiais é de completa desconsideração, quem não se sente não é filho de boa gente, não gostando de ser achincalhado nem menosprezado, sempre foi respeitador, a formação que

- ATA DA REUNIÃO DE 24 DE ABRIL DE 2019 (N.º 09/2019)

teve foi essa, respeita o Órgão, apelando ao Sr. Presidente para haver outra forma de tratamento, sendo quase um martírio vir para as Reuniões de Câmara, face ao clima de afronta que se instala, até por todo o passado que tiveram, apela a uma maior cordialidade, obviamente respeitando as posições opostas e se houvesse outro procedimento, muitos dos assuntos que trás eram abordados de outra forma na Reunião de Câmara, disponibilizando-se para que haja outro relacionamento. De seguida deixou um documento relativo ao Relatório de Avaliação do Grau de Observância do Estatuto da Oposição, que se transcreve na íntegra:

**“Relatório de Avaliação do Grau de Observância do Estatuto da Oposição
Câmara Municipal não cumpre a lei n.º 24/98**

Para além da consagração, na Lei Fundamental e na legislação ordinária, do direito à informação, de âmbito geral, os n.os 2 e 3 do artigo 114.º da Constituição da República Portuguesa instituem o direito de oposição democrática, assegurando às minorias o direito de serem informadas regular e diretamente sobre o andamento dos principais assuntos de interesse público relacionados com a sua atividade. _____

O Estatuto do Direito de Oposição, aprovado pela Lei n.º 24/98, de 26 de maio, materializou o disposto nos n.os 2 e 3 do artigo 114.º da Constituição da República Portuguesa. Com efeito, o artigo 1.º da Lei n.º 24/98, *“assegura às minorias o direito de constituir e exercer uma oposição democrática ao Governo e aos órgãos executivos (...) das autarquias locais de natureza representativa, nos termos da Constituição e da lei”*.

À luz do consignado no artigo 2.º deste diploma legal, entende-se por oposição a atividade de acompanhamento, fiscalização e crítica das orientações políticas dos órgãos executivos das autarquias locais.

Este direito de oposição integra os direitos, poderes e prerrogativas previstos na Constituição e na lei (n.os 2 do artigo 2.º do Estatuto do Direito de Oposição) sendo, no âmbito das autarquias locais, a sua titularidade reconhecida aos partidos políticos que estejam representados nas câmaras municipais, desde que nenhum dos seus representantes assuma pelouros, poderes delegados ou outras formas de responsabilidade direta e imediata pelo exercício de funções executivas (n.os 1, 2 e 3 do artigo 3.º do Estatuto do Direito de Oposição).

Para garantir o cumprimento do Estatuto do Direito de Oposição, os órgãos executivos das autarquias locais são obrigados a elaborar, até ao final do mês de março do ano subsequente àquele a que se refiram, um relatório de avaliação do grau de observância do respeito pelos direitos e garantias constantes da Lei n.º 24/98. Esses relatórios são enviados aos titulares do direito de oposição para que sobre eles se pronunciem, sendo admissível que, a pedido destes, os relatórios e as respostas sejam objeto de discussão pública no correspondente órgão deliberativo (Assembleia Municipal). _____

Para além do que temos vindo a assinalar em relação ao direito à informação o Regime Jurídico das Autarquias Locais também disciplina sobre as competências dos órgãos autárquicos, no tocante à aplicação do

- ATA DA REUNIÃO DE 24 DE ABRIL DE 2019 (N.º 09/2019)

Estatuto do Direito de Oposição, nos seguintes moldes: _____

— Nos Municípios: - A alínea yy) do n.º 1 do artigo 33.º determina que compete à câmara municipal dar cumprimento ao Estatuto do Direito de Oposição; _____

- A alínea u) do artigo 35.º do mesmo diploma estabelece que compete ao presidente de câmara municipal promover o cumprimento do Estatuto do Direito de Oposição e a publicação do respetivo relatório de avaliação; _____

- A alínea h) do n.º 2 do artigo 25.º prescreve que compete à assembleia municipal discutir, na sequência de pedido de qualquer dos titulares do direito de oposição, o relatório a que se refere o Estatuto do Direito de Oposição; _____

Assim, à luz do anteriormente disposto, na Câmara Municipal de Figueiró dos Vinhos, foram titulares do direito de oposição, no ano de 2018, entre outros, o Partido Social Democrata (PSD). _____

Constata-se que o executivo camarário não deu cumprimento ao disposto no n.º 1 do artigo 10º da Lei n.º 24/98, de 26 de maio e da alínea s), n.º 1, artigo 18º, da Lei 75/2013, de 12 de setembro, ao não elaborar e apresentar o competente relatório de avaliação. _____

Assim e em face do atrás exposto é inequívoco concluir que a Câmara Municipal de Figueiró dos Vinhos não cumpre a Lei. Como, é igualmente, claro concluir que não foi cumprida a Lei e o Estatuto do Direito de Oposição durante o ano de 2018. Como o não foram nos últimos quatro anos anteriores. _____

Esta postura, reiterada e consciente, por parte do executivo municipal é lamentável e contraria a legislação vigente. O executivo municipal PS e o seu presidente ao desrespeitarem a Lei não elaborando o relatório de avaliação, estão a coartar os direitos da oposição, a esconder e a fugir aos seus deveres. _____

Mais uma vez este executivo PS é notícia pela negativa e por não cumprir a Lei. Já o tinha sido pela não elaboração anual do relatório sobre a execução do Plano de Gestão de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas, é-o agora, e mais uma vez, pela não elaboração, discussão e publicação do relatório de avaliação do grau de observância do respeito pelos direitos e garantias constantes da Lei n.º 24/98 de 26 de maio. ____

O PSD lamenta e denuncia esta má prática que em nada abona o executivo e, seguramente, prejudica e envergonha Figueiró dos Vinhos. _____

O PSD não quer de todo assumir, como outros, apenas um papel legitimador da maioria, porque tem a consciência e a acrescida responsabilidade de ser a única força política de oposição ao Partido Socialista. Apesar de todas as limitações que nos são impostas vamos continuar a exercer uma oposição forte, ativa, participativa e geradora de uma alternativa que tire o concelho do marasmo em que se encontra. Não deixaremos, por isso, de apoiar o que estiver bem e de criticar o que estiver mal ou de chamar a atenção dos

- ATA DA REUNIÃO DE 24 DE ABRIL DE 2019 (N.º 09/2019)

Figueiroenses para o que consideramos melhor para o seu presente e futuro. Continuaremos a ser proativos. Críticos, pela positiva, conscientes do nosso dever de oposição e cientes daquilo que nos rodeia. _____

Seremos tudo isso, mas, também, não deixaremos de denunciar os factos que, na qualidade da única força política de oposição no executivo municipal, são limitadores do Direito de Oposição consagrado na Lei e na Constituição da República Portuguesa. _____

Figueiró dos Vinhos, 24 de abril de 2019 _____

O Vereador _____

Luís Filipe Silva” _____

A Sr.ª Vereadora Dr.ª Marta Brás, em relação à intervenção do Sr. Vereador Eng.º Filipe Silva, referiu que também tem uma palavra a dizer, o sentimento que o Sr. Vereador tenta transmitir não vai ao encontro da sua postura nem o que transmite constantemente com lições de moral, lições de comportamento, acusações graves e suspeições altamente difamatórias que não correspondem minimamente à postura que agora reclama e que quer transmitir como sendo a sua, não deixando de registar as várias ofensas que faz à maioria do Executivo e que estão escritas das mais diversas formas, adiantando que nunca viu, nem como Vereadora nem como Técnica, tantas pessoas a serem postas em causa, já trabalhou com outros vereadores da oposição e nunca tal situação ocorreu, só a partir de 2017 é que a postura desrespeitadora tem vindo a ser, por si criada e potenciada, e pegando nas palavras do Sr. Vereador, quem não se sente não é filho de boa gente. O direito de oposição não é isso, não é para levantar acusações e fazer juízos de valor, atentatórias ao bom nome dos elementos do órgão Câmara Municipal nem dos Técnicos da Autarquia, lamentando todas estas circunstâncias, pelo que a atitude a que o Sr. Vereador apela terá que ser em primeira instância praticada por si. _____

O Sr. Vereador Eng.º Filipe Silva, referiu que cada pessoa tem a sua forma de reagir, de se expressar, cada um faz o seu papel, faz a sua luta política, trazendo assuntos dentro do foro político, não sendo nada pessoal, divergências políticas haverá sempre, estando a tentar fazer o seu melhor, também faz a sua análise, sendo uma pessoa consciente, pessoa razoável, sabendo quando as reuniões correm bem ou menos bem, não estando para atacar pessoas, muito menos trabalhadores, diz o que diz livremente e no órgão próprio, tenta relativizar as coisas, se os assuntos não estão esclarecidos, é obvio que os traz à reunião, porque a maioria do Executivo tem acesso a toda a informação e ele não. _____

A Sr.ª Vereadora Dr.ª Marta Brás, disse ao Sr. Vereador que nunca em situação alguma foi sonogada qualquer informação desde que solicitada, o trabalho político não se faz pondo o bom nome das pessoas em causa, acusações graves, queixas ofensivas e difamatórias, quer na comunicação social, nas redes sociais e nas

- ATA DA REUNIÃO DE 24 DE ABRIL DE 2019 (N.º 09/2019)

mais diversas instâncias, isso não é política. _____

O Sr. Vereador Eng.º Filipe Silva, em relação às queixas que apresentam são efetuadas nos órgãos próprios, têm rosto e são públicas. _____

O Sr. Presidente da Câmara Municipal Jorge Abreu, em relação às senhas de presença, irá junto dos serviços ver o que se passa e dar seguimento ao que foi decidido. _____

Bairro S. João, informou o Sr. Vereador que não estão equacionadas por enquanto quaisquer marcações, sem prejuízo de, a médio ou longo prazo de o fazer. _____

No que diz respeito ao proferido pelo Sr. Vereador Eng.º Filipe Silva, disse que quem o ouviu falar, foi como se quisesse “passar uma esponja” em tudo o disse e escreveu até ao presente momento. Já trabalhou com outros vereadores e com outros Presidentes de Câmara e nunca pensou deparar-se com uma situação destas há dois anos a esta parte. Como Presidente e como Vereador sempre tudo correu dentro da normalidade, cada um com as suas argumentações políticas, nunca com a postura que tem sido tomada pelo Sr. Vereador Filipe Silva, desde as ofensas à sua pessoa, à maioria do Executivo e aos técnicos da Câmara Municipal, estando como é óbvio no seu direito. Os requerimentos que fez, as queixas que apresentou para a CADA, tudo foi respondido no estrito cumprimento da Lei. Quanto ao cumprimentar as pessoas, adiantou que não recebe lições de moral por parte do Sr. Vereador, quanto às amizades cabe-lhe a ele escolhe-las e as interpretações que faz é responsável por elas. Quanto ao comportamento no futuro, vai continuar a ter a mesma postura, discutindo os assuntos sempre com o devido respeito, toda a informação será dada e disponibilizada para assim fazer um trabalho que dignifique tudo e todos. Os Srs. Vereadores serão sempre respeitados com a dignidade que é justa. _____

- ATA DA REUNIÃO DE 24 DE ABRIL DE 2019 (N.º 09/2019)

2. APROVAÇÃO DA ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA

Dispensando-se a leitura da ata n.º 08/2019 de 10/04/2019, dado que o respetivo texto foi previamente enviado aos Senhores Vereadores. _____

O Sr. Vereador Eng.º Filipe Silva, em relação à ata, informou que enviou um E-mail para a presidência, com uma correção na intervenção do Sr. Vereador Dr. Carlos Lopes, onde acrescentava um parágrafo que foi proferido pelo Vereador Carlos Lopes e não constava na intervenção, sendo: “Não sou PSP, GNR ou PJ para andar a saber os atos dos outros e até hoje julgava que não estava a cometer qualquer tipo de falta e peço desculpa por alguma falha e gostava que o senhor Presidente através dos serviços pudesse pedir um parecer à CCDR sobre o assunto”. _____

Como não foi feita esta inclusão e como ele também tira as suas notas e sabe que o Vereador disse aquelas palavras, questionou o Sr. Presidente o porquê de não constar aquele parágrafo na intervenção. _____

O Sr. Presidente da Câmara Municipal Jorge Abreu, informou que a ata é um resumo do que se passa, por vezes fazem-se algumas considerações, apartes ou algumas notas até noutro contexto e que não se fazem constar, o que não põe em causa o registo das posições e assuntos discutidos e assumidos, naquele caso a ata chegou a todos os Vereadores, que não manifestaram nada em contrário, o Sr. Vereador Filipe Silva entende que não está de acordo, está no seu direito. _____

O Sr. Vereador Eng.º Filipe Silva, voltou a referir que o Vereador Dr. Carlos Lopes proferiu aquelas palavras, e que no seu entendimento devem constar, porque são importantes, até quando disse para pedir um parecer à CCDRC sobre o assunto, questionando novamente a maioria do Executivo se ouviram ou não aquelas palavras. _____

A Sr.ª Vereadora Dr.ª Marta Brás, também leu a ata, e o procedimento se houver alguma imprecisão é corrigido, não sendo este o caso, a ata não tem que verter todos os comentários, todos os apartes, a intervenção foi transcrita e o essencial do que foi dito está registado. Quanto ao pedido de parecer à CCDRC, o que se recorda de ouvir falar sobre esta questão, foi da parte do Sr. Vereador Eng.º Filipe Silva. _____

O Sr. Vereador Eng.º Manuel Paiva, também não ouviu da parte do Sr. Vereador Dr. Carlos Lopes essas palavras. _____

- ATA DA REUNIÃO DE 24 DE ABRIL DE 2019 (N.º 09/2019)

O Sr. Vereador Eng.º Filipe Silva, nesse seguimento questionou a Sr.ª Secretária D.ª Manuela Pereira se tinha ouvido aquelas palavras, dado ser ela quem faz as atas. _____

O Sr. Presidente da Câmara Municipal Jorge Abreu, disse ao Sr. Vereador que é a ele que tem de questionar e não a Sr.ª Secretária, ela não tem de responder. _____

O Sr. Vereador Eng.º Filipe Silva, referiu que não estando presente o Sr. Vereador Dr. Carlos Lopes, nem o Sr. Chefe de Divisão Dr. Vítor Duarte, para os poder questionar, foi nesse sentido que questionou a Sr.ª Secretária. _____

A Sr.ª Vereadora Dr.ª Marta Brás, manifestou que o Vereador Filipe Silva não tem que causar este tipo de constrangimento à Secretária do GAP, com perguntas diretas. _____

O Sr. Vereador Eng.º Filipe Silva, referiu que tem todo o respeito pela Manuela Secretária do GAP, nunca a quis melindrar, tem muita consideração por ela e deixou por último que pretendia que consta-se na ata de hoje os termos da observação proferida pelo Sr. Vereador Dr. Carlos Lopes na reunião passada “Não sou PSP, GNR ou PJ para andar a saber os atos dos outros e até hoje julgava que não estava a cometer qualquer tipo de falta e peço desculpa por alguma falha e gostava que o Senhor Presidente através dos serviços pudesse pedir um parecer à CCDR sobre o assunto”. _____

Depois destas considerações, **o Sr. Presidente da Câmara Municipal Jorge Abreu**, pôs a votação a ata n.º 08/2019 da Reunião de Câmara de 10/04/2019. _____

A Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar a referida ata e considerada conforme com a Minuta previamente elaborada no final da dita reunião. _____

O Sr. Vereador Amândio Ideias, não participou na votação deste assunto dado não ter estado presente na referida reunião, tendo-se na altura ausentado da Sala de Reuniões. _____

- ATA DA REUNIÃO DE 24 DE ABRIL DE 2019 (N.º 09/2019)

3. BALANCETE, PAGAMENTOS E OUTROS:

OPERACÕES ORÇAMENTAIS

O Senhor Presidente informou a Câmara Municipal de todos os pagamentos efetuados e autorizados no período compreendido entre o dia dez de abril de dois mil e dezanove e o dia vinte e três de abril de dois mil e dezanove, respeitantes a despesas orçamentais na importância global de 309.749,65 € (trezentos e nove mil setecentos e quarenta e nove euros e sessenta e cinco cêntimos) _____

Informou ainda das Ordens de Pagamento de Operações de Orçamentais emitidas no mesmo período, registadas sob os números 812/2019 (oitocentos e doze barra dois mil e dezanove) a 943/2019 (novecentos e quarenta e três barra dois mil e dezanove), respeitantes a despesas de operações de Orçamentais, na importância de 273.323,54€ (duzentos e setenta e três mil trezentos e vinte e três euros e cinquenta e quatro cêntimos). _____

OPERACÕES TESOURARIA

O Senhor Presidente informou a Câmara Municipal de todos os pagamentos efetuados e autorizados no período compreendido entre o dia dez de abril de dois mil e dezanove e o dia vinte e três de abril de dois mil e dezanove, respeitantes a despesas de operações de tesouraria na importância global de 36.156,69€ (trinta e seis mil cento e cinquenta e seis euros e sessenta e nove cêntimos). Informou ainda das Ordens de Pagamento de Operações de Tesouraria emitidas no mesmo período, registadas sob os números 103/2019 (cento e três barra dois mil e dezanove) a 104/2019 (cento e quatro barra dois mil e dezanove), respeitantes a despesas de operações de tesouraria, na importância de 486,00 € (quatrocentos e oitenta e seis euros). _____

O Senhor Presidente, deu conhecimento dos saldos constantes do resumo diário de tesouraria relativos ao dia vinte e três de abril de dois mil e dezanove, conforme mapa anexo, os quais representam, em operações orçamentais 243.992,52 € (duzentos e quarenta e três mil novecentos e noventa e dois euros e cinquenta e dois cêntimos) e em operações não orçamentais (tesouraria) 59.823,61€ (cinquenta e nove mil oitocentos e vinte e três euros e sessenta e um cêntimos). _____

OUTROS

O Senhor Presidente deu conhecimento à Câmara Municipal dos seguintes documentos: _____

Relação dos despachos referentes aos autos de medição e faturas de empreitadas e fornecimentos de bens e serviços no período entre 08.04.2019 a 17.04.2019. _____

- ATA DA REUNIÃO DE 24 DE ABRIL DE 2019 (N.º 09/2019)

Relação dos despachos referentes a processos de aquisição de serviços e fornecimento de bens e empreitadas no período entre 05.04.2019 e 17.04.2019. _____

O Sr. Vereador Eng.º Filipe Silva, tomou conhecimento dos pagamentos efetuados no pressuposto de que foram feitos à luz da legislação vigente e obedecendo a critérios de rigor e boa gestão. _____

O Sr. Vereador Amândio Ideias, tomou conhecimento dos pagamentos efetuados no pressuposto de que foram feitos à luz da legislação vigente e obedecendo a critérios de rigor e boa gestão. _____

- ATA DA REUNIÃO DE 24 DE ABRIL DE 2019 (N.º 09/2019)

4. PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL

4.1 RATIFICAÇÃO DE ATOS DA COMPETÊNCIA DA CÂMARA MUNICIPAL, NOS TERMOS DO N.º 3 DO ARTIGO 35.º DA LEI N.º 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO:

Despachos proferidos pelo Sr. Vereador Eng.º Manuel Paiva, datados de 10 de abril de 2019: A Câmara Municipal deliberou por unanimidade ratificar os Despachos do Sr. Vereador, relativos à cedência de viatura à Associação Desportiva de Figueiró dos Vinhos, correspondendo o apoio no valor total de 145,15€ (cento e quarenta e cinco euros e quinze cêntimos); Conferência São Vicente Paulo, correspondendo o apoio no valor total de 132,23€ (cento e trinta e dois euros e vinte e três cêntimos) e Clube de Caçadores Bairradense, (despesas por conta do Clube). _____

4.2 OPERAÇÃO DE REABILITAÇÃO URBANA (ORU) – PROGRAMA ESTRATÉGICO DA REABILITAÇÃO URBANA: Sobre o assunto foi presente a seguinte Proposta de Deliberação n.º 45/2019: _____

“Considerando:

Que o Município de Figueiró dos Vinhos procedeu à delimitação da área de reabilitação urbana da Vila de Figueiró dos Vinhos designada como ARU da Vila de Figueiró dos Vinhos, em instrumento próprio pelo regime jurídico de reabilitação urbana aprovado pelo decreto-lei n.º 307/2009, de 23 de Outubro, alterado pela lei n.º 32/2012, de 14 de agosto, assumindo uma política de regeneração urbana tendo por base uma estratégia integrada e continuada. _____

A ARU da Vila de Figueiró dos Vinhos que foi aprovada em sede de Assembleia Municipal a 30 de junho de 2016, e posteriormente publicada em Diário da República n.º 141/2016, Série II de 2016-07-25, através do Aviso n.º 9234/2016, tendo ainda sido remetida para o Instituto da Habitação e Reabilitação Urbana, I.P.

O Município dispõe de um prazo de três anos para aprovar a respetiva Operação de Reabilitação Urbana (ORU), sob pena da delimitação correspondente caducar, após a delimitação da ARU da Vila de Figueiró dos Vinhos. _____

A salvaguarda dos centros antigos uma condição basilar para a melhoria da atratividade e dinamismo dos mesmos, as intervenções de reabilitação urbana são imperativas para a preservação do património edificado enquanto conjunto de identidade e memórias locais, nesse sentido, e consciente da oportunidade que resultará de uma intervenção planeada e integrada, aliada ao investimento em diversas áreas e envolvendo várias

- ATA DA REUNIÃO DE 24 DE ABRIL DE 2019 (N.º 09/2019)

valências, Figueiró dos Vinhos pretende atingir um ambiente de conforto, qualidade e segurança para os seus residentes e visitantes, promovendo e estimulando a criação de novas oportunidades de vida urbana, nomeadamente no âmbito da reabilitação. _____

Que na ARU da Vila de Figueiró dos Vinhos existem muitos espaços públicos de utilização coletiva (ruas, largos e praças) e edifícios com elevado valor patrimonial e urbanístico, alguns deles encontrando-se em estado de degradação, torna-se essencial definir uma estratégia de reabilitação urbana que reforce a ARU da Vila de Figueiró dos Vinhos como uma centralidade, fortalecendo funções urbanas e recursos necessários e adequados às atuais exigências da sua população e visitantes”. _____

Desta forma, o presente documento do projeto da ORU da ARU da Vila de Figueiró dos Vinhos reveste a forma de programa estratégico de reabilitação urbana, o instrumento próprio previsto no regime jurídico de reabilitação urbana para a execução da operação de reabilitação urbana sistemática, nos termos e para os efeitos do disposto no artigo 17.º do regime jurídico da reabilitação urbana aprovado pelo decreto-lei n.º 307/2009, de 23 de outubro, na sua redação atual. _____

Nestes termos,

PROPONHO que a Câmara Municipal delibere aprovar o projeto da ORU da ARU da Vila de Figueiró dos Vinhos que reveste a forma de programa estratégico de reabilitação urbana, o instrumento próprio previsto no regime jurídico de reabilitação urbana para a execução da operação de reabilitação urbana sistemática, nos termos e para os efeitos do disposto no artigo 17.º do regime jurídico da reabilitação urbana aprovado pelo decreto-lei n.º 307/2009, de 23 de outubro, na sua redação atual e submeter à abertura do período de discussão pública do projeto, com um prazo de 20 dias úteis, contados após 5 dias da publicação do presente aviso no Diário da República nos termos do artigo 89.º do regime jurídico dos instrumentos de gestão do território, aprovado pelo decreto-lei n.º 80/2015, de 14 de maio”. _____

O Sr. Vereador Eng.º Filipe Silva, em relação a este assunto apresentou uma Declaração de Voto que leu e se transcreve na íntegra: _____

“Proposta de Deliberação nº 45/2019**Operação de Reabilitação urbana (ORU) – Programa Estratégico da Reabilitação Urbana****Declaração de Voto**

- ATA DA REUNIÃO DE 24 DE ABRIL DE 2019 (N.º 09/2019)

O Regime Jurídico da Reabilitação Urbana (RJRU), aprovado pelo Decreto-Lei nº 307/2009, de 23 de outubro, alterado pela lei 32/2012 de 14 de agosto enquadrou a programação e execução da reabilitação urbana em torno dos conceitos de “área de reabilitação urbana” e de “operação de reabilitação urbana”, a qual pode ser simples ou sistemática, sendo enquadrada por diferentes instrumentos de programação, respetivamente, por uma estratégia de reabilitação urbana (ERU) ou por um programa estratégico de reabilitação urbana (PERU).

A ARU de (parte) da vila de Figueiró dos Vinhos foi aprovada, na Câmara Municipal, através da Deliberação nº 30/2016 de 25 de maio de 2016, e na Assembleia Municipal na sua sessão de 30 de junho de 2016, e publicada no Diário da República, 2ª série, nº 141, de 25 de julho de 2016. _____

Lembramos que na altura defendemos o alargamento da ARU, chumbada pelo PS, com a inclusão das seguintes áreas: _____

Rua dos Bombeiros Voluntários – alargar a área ao edificado do lado direito (sentido norte/sul – Fundo da Vila/rotunda junto à Desportiva) onde se encontram os Bombeiros e o cemitério. Não faz sentido estar só um lado da rua quando do outro lado também há equipamentos públicos. _____

Rua da Escola Secundária – Incluir a área de implantação da Escola Secundária; _____

Entrada Este da Vila – Prolongar a área que vem da Av. Sá Carneiro até ao restaurante Paris, abrangendo as casas, de ambos os lados da estrada; _____

Av. José Malhoa – Prolongar a área até ao fundo da Avenida, incluindo todos os edifícios de ambos os lados (Tribunal, Casa da Criança, Casa do Povo, Escolas, Polo de Formação, etc.). _____

Tudo isto fica de fora e a inclusão destas áreas assentavam nos seguintes pressupostos: _____

Na evidente contiguidade, interligação funcional e homogeneidade destas novas áreas com as áreas apontadas na proposta que justificam só por si a agregação; _____

Estas áreas pertencem, quanto a nós, também, à área urbana consolidada, que corresponde à matriz identitária da Vila com o qual se relacionam funcionalmente dando-lhe enquadramento e contexto; _____

Estas áreas iriam abranger vários equipamentos públicos existentes na Vila e que com ela diretamente se relacionam, que a suportam e lhe fornecem novas centralidades como o tribunal, as escolas, as sedes das associações, a creche, o polo de formação, a filarmónica, a casa do povo, etc. _____

Estas novas áreas alargariam o leque de edificado suscetível de ser apoiado e procuravam garantir uma maior e conveniente homogeneidade de tratamento a um maior número de entidades e municípios. _____

- ATA DA REUNIÃO DE 24 DE ABRIL DE 2019 (N.º 09/2019)

Em suma, havia aqui, o objetivo de aprofundar o processo de reabilitação da Vila e a manutenção de uma coerência urbanística mais aproximada à realidade existente, estendendo-o um pouco para além do seu centro histórico sobre a envolvente de uma área urbana já consolidada, que integra vários serviços públicos e os principais eixos de acesso à vila. Assim o propusemos. Assim a maioria PS que governa o município o rejeitou. _____

Confrontamo-nos, três anos depois, com a proposta para a aprovação da ORU - Operação de Reabilitação Urbana para a área da ARU que não é a nossa, mas é a que está aprovada. _____

Não se vê como se propõe no âmbito da ORU a criação de um percurso pedonal e ciclável na Avenida Madre de Deus se a maior parte da via está fora da ARU. O mesmo se aplica à Rua Sto. António e à Rua do Cabeço do Peão que não fazem parte da ARU. _____

É certo que a aprovação da Operação de Reabilitação Urbana poderia ser efetuada simultaneamente com a delimitação da Área de Reabilitação Urbana, seguindo os procedimentos estabelecidos para a aprovação da ORU e anexando a planta com a delimitação da ARU proposta. Não o foi. É-o agora três anos depois e no limite do prazo estabelecido por lei. _____

Se a ORU se dirige principalmente à reabilitação do património edificado, é enquadrada por uma ESTRATÉGIA DE REABILITAÇÃO e adota a designação de ORU SIMPLES. _____

Quando a ORU envolve, não só a reabilitação do edificado, mas também a qualificação das infraestruturas, dos equipamentos, dos espaços verdes e urbanos de utilização coletiva, tem associado um programa de investimento público, e é enquadrada por um PROGRAMA ESTRATÉGICO DE REABILITAÇÃO, adotando a designação de ORU SISTEMÁTICA. O que é o caso. _____

Ora o papel do município na promoção e condução das medidas necessárias à reabilitação urbana é importante, cabendo-lhe promover as intervenções previstas que deverão estar associadas a um programa de investimento público, não deixando, no entanto, de se destacar a importância da reabilitação dos edifícios ou frações a cargo dos respetivos proprietários privados. _____

Pelo que podemos analisar, no pouco tempo que tivemos, foi realizado um trabalho de caracterização para esta área do território, que permitiu estabelecer os respetivos eixos estratégicos e desenvolver o modelo de intervenção associado ao programa estratégico de suporte à Operação de Reabilitação Urbana (*de parte*) da vila de Figueiró dos Vinhos. _____

Parece-nos essencial encontrar soluções inovadoras que valorizem e salvaguardem com igual importância a vertente patrimonial e funcional do território e que enquadrem um conjunto de áreas que apresentam uma estrutura urbana envelhecida já objeto de estudos e programas de reabilitação urbana e valorização patrimonial constantes, nomeadamente, no Plano de salvaguarda do Centro Histórico de Figueiró dos Vinhos. _____

No âmbito do desenvolvimento do projeto de Operação de Reabilitação Urbana e respetiva programação,

- ATA DA REUNIÃO DE 24 DE ABRIL DE 2019 (N.º 09/2019)

entendemos como importante a necessidade de implementar uma solução integrada, tendo em vista a regeneração urbana deste território, que introduza uma dinâmica positiva de transformação territorial que contrarie as atuais tendências de pobreza, fraco poder de compra e desertificação conforme descrito - no ponto 3.1 Território físico, social e económico - de fragmentação social, envelhecimento e decréscimo da população, aumento do desemprego e degradação do edificado e do espaço público. _____

Somos a favor de estudos que não se fiquem por si mesmos. Isto é, que sirvam para alguma coisa, se coloquem em prática e se monitorizem. _____

Oxalá que esta Operação de Reabilitação Urbana que reveste a forma de um Programa Estratégico de Reabilitação Urbana possa habilitar o município de Figueiró dos Vinhos a impulsionar a regeneração e a reabilitação (de parte) da Vila contando com a participação de proprietários privados e de outras entidades públicas e associativas, beneficiando dos importantes e imprescindíveis apoios financeiros e fiscais disponibilizados para esta política pública. _____

Figueiró dos Vinhos, 24 de Abril de 2019 _____

O Vereador _____

Luís Filipe Silva”. _____

A Câmara Municipal deliberou por unanimidade, proceder em conformidade com a Proposta de Deliberação n.º 45/2019, aprovando o projeto da ORU da ARU da Vila de Figueiró dos Vinhos que reveste a forma de programa estratégico de reabilitação urbana, o instrumento próprio previsto no regime jurídico de reabilitação urbana para a execução da operação de reabilitação urbana sistemática, nos termos e para os efeitos do disposto no artigo 17.º do regime jurídico da reabilitação urbana aprovado pelo decreto-lei n.º 307/2009, de 23 de outubro. _____

Mais deliberou submeter à abertura do período de discussão pública do projeto, com um prazo de 20 dias úteis, contados após 5 dias da publicação do presente aviso no Diário da República nos termos do artigo 89.º do regime jurídico dos instrumentos de gestão do território, aprovado pelo decreto-lei n.º 80/2015, de 14 de maio”. _____

- ATA DA REUNIÃO DE 24 DE ABRIL DE 2019 (N.º 09/2019)

5. GABINETE DE GESTÃO URBANÍSTICA E PLANEAMENTO

5.1 CONFIRMAÇÃO DO ESTADO DE CONSERVAÇÃO DA EDIFICAÇÃO/PRÉDIO SITO EM LOMBA DA CASA, DA FREGUESIA DE AGUDA E CONCELHO DE FIGUEIRÓ DOS VINHOS:

Sobre o assunto foi presente a seguinte Proposta de Deliberação n.º 42/2019, emitida pelo Sr. Presidente Jorge Abreu, tendo a Câmara Municipal deliberado por unanimidade proceder em conformidade com a mesma, certificando o estado de ruína da edificação/prédio urbano com o artigo matricial n.º 558-U, sito em Lomba da Casa, da freguesia de Aguda e concelho de Figueiró dos Vinhos, não tendo condições para ser utilizado como habitação ou qualquer outro uso de acordo com as normas legais e regulamentares aplicáveis. ____

Proposta de Deliberação n.º 42/2019:

“Emília Guerra Pita Tomaz, na qualidade de proprietária, residente na Rua Rui de Sousa Vinagre, n.º 35 – 1.º Drt.º, freguesia de Alcochete e concelho de Samouco, veio requerer através do requerimento com o registo de entrada n.º 67, de 27.03.2019, o pedido de confirmação em como a edificação/prédio urbano com o artigo matricial n.º 558-U sito em Lomba da Casa, da freguesia de Aguda e concelho de Figueiró dos Vinhos, se encontra em ruínas, para efeitos e nos termos do n.º 4 do artigo 46.º do código de imposto municipal sobre imóveis – CIMI. _____

Considerando a informação emitida no âmbito do procedimento de instrução no processo técnico interno – informação interna n.º 20/2019 do gabinete de fiscalização municipal, confirma-se que se trata de um prédio que sofreu demolição provocada pelo incêndio de junho de 2017, não tendo condições para ser utilizado como habitação ou qualquer outro uso, de acordo com as normas legais e regulamentares aplicáveis, tal como documentam as fotos anexas ao processo. _____

Nos termos do n.º 4 do artigo 46.º do CIMI, cumpre à câmara municipal deliberar a confirmação do estado de ruína da edificação/prédio. _____

Nestes termos, PROponho que a câmara municipal delibere: _____

- Nos termos do n.º 4 do artigo 46.º do código de imposto municipal sobre imóveis – CIMI, a certificação do estado de ruína da edificação/prédio urbano com o artigo matricial n.º 558-U, sito em Lomba da Casa, da freguesia de Aguda e concelho de Figueiró dos Vinhos, não tendo condições para ser utilizado como habitação ou qualquer outro uso de acordo com as normas legais e regulamentares aplicáveis”. ____

- ATA DA REUNIÃO DE 24 DE ABRIL DE 2019 (N.º 09/2019)

5.2. CONFIRMAÇÃO DO ESTADO DE CONSERVAÇÃO DA EDIFICAÇÃO/PRÉDIO SITO NO BAIRRO S. JOÃO BATISTA, N.º 17, DA UNIÃO DAS FREGUESIAS DE FIGUEIRÓ DOS VINHOS E BAIRRADAS E CONCELHO DE FIGUEIRÓ DOS VINHOS:

Sobre o assunto foi presente a seguinte Proposta de Deliberação n.º 43/2019, emitida pelo Sr. Presidente Jorge Abreu, tendo a Câmara Municipal deliberado por unanimidade proceder em conformidade com a mesma, certificando a não existência de edificação/prédio urbano com o artigo matricial n.º 3600, com origem no artigo matricial n.º 5009, sito no Bairro S. João Batista, n.º 17, da união das freguesias de Figueiró dos Vinhos e Bairradas e concelho de Figueiró dos Vinhos, tratando-se apenas de uma parcela de terreno com viabilidade de construção sujeita às regras aplicáveis nos artigos 70.º, 71.º e 72.º do regulamento do Plano Diretor Municipal de Figueiró dos Vinhos. _____

Proposta de Deliberação n.º 43/2019:

“Maria Simões Mendes dos Santos, na qualidade de proprietária, residente no Chavelho, da união das freguesias de Figueiró dos Vinhos e Bairradas e concelho de Figueiró dos Vinhos, veio requerer através do requerimento com o registo de entrada n.º 49, de 04.03.2019, o pedido de confirmação em como no prédio urbano com o artigo matricial n.º 3600, com origem no artigo matricial n.º 5009, sito no Bairro S. João Batista, n.º 17, da união das freguesias de Figueiró dos Vinhos e Bairradas e concelho de Figueiró dos Vinhos, existem ruínas, para efeitos e nos termos do n.º 4 do artigo 46º do Código de Imposto Municipal sobre Imóveis – CIMI. _____

Considerando a informação emitida no âmbito do procedimento de instrução no processo técnico interno - Auto de vistoria n.º 01/2019, confirma-se que a edificação/prédio não existe, tratando-se apenas de uma parcela de terreno com viabilidade de construção sujeita às regras aplicáveis nos artigos 70.º, 71.º e 72.º do regulamento do Plano Diretor Municipal de Figueiró dos Vinhos. _____

Nos termos do n.º 4 do artigo 46º do CIMI, cumpre à Câmara Municipal deliberar a confirmação do estado de não existência de edificação/prédio, tratando-se apenas de uma parcela de terreno. _____

Nestes termos, **PROPONHO** que a Câmara Municipal delibere: _____

- Nos termos do n.º 4 do artigo 46.º do Código de Imposto Municipal sobre Imóveis – CIMI, a

- ATA DA REUNIÃO DE 24 DE ABRIL DE 2019 (N.º 09/2019)

certificação de não existência de edificação/prédio urbano com o artigo matricial n.º 3600, com origem no artigo matricial n.º 5009, sito no Bairro S. João Batista, n.º 17, da união das freguesias de Figueiró dos Vinhos e Bairradas e concelho de Figueiró dos Vinhos, tratando-se apenas de uma parcela de terreno com viabilidade de construção sujeita às regras aplicáveis nos artigos 70.º, 71.º e 72.º do regulamento do Plano Diretor Municipal de Figueiró dos Vinhos”. _____

5.3 ALARGAMENTO DE HORÁRIOS – ESTABELECIMENTO DE RESTAURAÇÃO

E BEBIDAS REQUERENTE: “FRIEND’S” PUB: Sobre o assunto foi presente a seguinte Proposta de Deliberação n.º 44/2019, emitida pelo Sr. Presidente Jorge Abreu: _____

“Diogo Rafael Santos Lopes, na qualidade de empresário em nome individual e titular de averbamento de exploração do estabelecimento de bebidas “*Friend’s*” Pub, sito na Rua Dr. Manuel de Vasconcelos, n.º 13/15, da união das freguesias de Figueiró dos Vinhos e Bairradas, veio solicitar através do requerimento com o registo de entrada n.º 54, de 07.03.2019, o pedido de alargamento de horário para o referido estabelecimento, com o horário das 06:00h às 04:00h, às sextas-feiras, sábados, vésperas de feriados e ocasiões festivas do concelho. _____

Considerando que, _____

No regulamento do horário de funcionamento dos estabelecimentos de restauração ou de bebidas, de comércio de bens, de prestação de serviços ou de armazenamento do Município de Figueiró dos Vinhos, publicado em DR, 2ª Série – N.º 12 – 19 de janeiro de 2016, é permitido do regime excecional o alargamento de horários fixados no mesmo, sujeito a audição prévia de entidades; _____

Não houve concordância das entidades que se pronunciaram em sede de audição prévia, com emissão de parecer desfavorável da autoridade policial, ainda que não vinculativo; _____

O despacho emitido na informação técnica do gabinete de gestão urbanística e planeamento, n.º 01/GGUP/2019/HORARIOS de 10 de abril de 2019 é de propor o indeferimento do alargamento de horário para o referido estabelecimento, por não estarem reunidos os requisitos previstos no artigo 7.º regulamento do horário de funcionamento dos estabelecimentos de restauração ou de bebidas, de comércio de bens, de prestação de serviços ou de armazenamento do Município de Figueiró dos Vinhos. _____

Nestes termos, **PROPONHO** que a Câmara Municipal delibere: _____

- Autorizar ou indeferir o pedido de alargamento do limite do horário requerido para o estabelecimento: “*Friend’s*” Pub, sito em Rua Dr. Manuel Vasconcelos, n.º 13 – Figueiró dos Vinhos, com o horário das 06:00h às 04:00h (do dia seguinte) às sextas-feiras, sábados, vésperas de feriados e ocasiões festivas do concelho,

- ATA DA REUNIÃO DE 24 DE ABRIL DE 2019 (N.º 09/2019)

propondo o seu indeferimento considerando que de acordo com a presente informação não estão reunidos os requisitos previstos no art.º 7º do regulamento do horário de funcionamento dos estabelecimentos de restauração ou de bebidas, de comércio de bens, de prestação de serviços ou de armazenamento do Município de Figueiró dos Vinhos”. _____

O Sr. Vereador Eng.º Filipe Silva, em relação a este assunto apresentou um documento que leu e se transcreve na íntegra: _____

“5.3 Alargamento de horários - Estabelecimento de Restauração e Bebidas “Friend’s Pub”

A amplitude do horário de funcionamento dos estabelecimentos está prevista num diploma governamental, o chamado regime jurídico dos horários de funcionamento dos estabelecimentos de venda ao público e de prestação de serviços. Esses limites, contudo, podem ser restringidos ou alargados pelas câmaras municipais, através de regulamentos próprios, quer em relação a todo o ano quer apenas em épocas determinadas, por razões de segurança e proteção da qualidade de vida (a restrição) ou pelo interesse de determinadas atividades profissionais, nomeadamente ligadas ao turismo (o alargamento). _____

Estamos hoje perante a proposta de indeferimento do pedido do alargamento do horário ao estabelecimento “Friend’s Pub”, sito na Rua Dr. Manuel de Vasconcelos, 13/15 em Figueiró dos Vinhos por e cito” não estarem reunidos os requisitos previstos no artigo 7º do regulamento do horário de funcionamento dos estabelecimentos de restauração ou de bebidas...” _____

Vejamos o que diz o artigo 7º. _____

“CAPÍTULO III _____

Do regime excecional _____

Alargamento de horários _____

1 — A Câmara Municipal poderá alargar os limites fixados no presente regulamento, a vigorar em todas as épocas do ano ou apenas em épocas determinadas, a requerimento dos interessados ou por iniciativa própria, em zonas ou localidades em que os interesses de certas atividades profissionais o justifiquem, designadamente:

- a) Promova atividades ligadas ao turismo; *O estabelecimento cumpre este requisito.* _____
- b) Contribua para a animação e revitalização do espaço urbano; *O estabelecimento cumpre este requisito contribuindo para a animação e revitalização do espaço urbano* _____
- c) Contrarie tendências de desertificação da localidade em questão; *O estabelecimento cumpre este requisito atraindo pessoas para o local* _____
- d) Supra carências no abastecimento de bens ou de prestação de serviços. *O estabelecimento cumpre este*

- ATA DA REUNIÃO DE 24 DE ABRIL DE 2019 (N.º 09/2019)

requisito. Na zona não há outro semelhante. _____

2 — O alargamento do limite do horário fixado só poderá ser autorizado se, cumulativamente, se verificarem os seguintes requisitos: _____

a) Sejam respeitados os níveis de ruído impostos pela legislação em vigor, tendo em vista a salvaguarda do direito à tranquilidade, repouso e segurança dos cidadãos; *Ao que julgamos saber o estabelecimento cumpre este requisito e com esta gerência que está no estabelecimento desde o dia 1 de março de 2019 não se pode afirmar que houve níveis de ruído proibitivos por lei dado que em bom rigor teriam de ser medidos e confirmados com instrumentos adequados para o efeito.* _____

b) Sejam respeitadas as condições de circulação e estacionamento do local; *O estabelecimento cumpre este requisito.* _____

c) Não existam reclamações fundamentadas sobre o funcionamento do estabelecimento; *O estabelecimento cumpre este requisito. Não conhecemos queixas de residentes habituais na zona. Poderá, eventualmente, haver de alguém que não sendo residente se desloca a Figueiró algumas vezes. Queixas haveria com outro estabelecimento, com outros proprietários e com modelos de funcionamento distintos do atual. Ao que nos é dado saber com este estabelecimento e com este proprietário a coexistência com os residentes habituais é pacífica e tem até o apoio da residencial contígua cujos clientes encontram ao lado um bar pacato e bem frequentado.* _____

d) Não sejam desrespeitadas as características sócio culturais e ambientais da zona. *O estabelecimento cumpre este requisito.* _____

3 — O alargamento do horário concedido nos termos do presente artigo está sujeito a autorização da Câmara Municipal, a qual pode ser revogada, a todo o tempo, quando se verifique a alteração dos fundamentos que determinaram o alargamento do horário. _____

4 — Havendo lugar à revogação da autorização, deverá o estabelecimento em causa retomar o cumprimento do horário dentro dos limites que lhe seja aplicável. _____

5 — O alargamento do horário deverá ser solicitado em requerimento devidamente fundamentado não podendo esta solicitação ser submetida através do «Balcão do Empreendedor». _____

Analisando o artigo 7º que é o invocado para o indeferimento do pedido constatamos que afinal o estabelecimento “Friend’s Pub” cumpre o seu estipulado. Não existindo, por via disso, justificação para o indeferimento. _____

Analisada a situação entendemos que se deve cuidar dos horários deste tipo de estabelecimentos com equilíbrio e atendendo aos princípios da livre iniciativa privada, ao equilíbrio e harmonização dos interesses dos agentes económicos do concelho sem descuidar, naturalmente, a segurança e a qualidade de vida dos residentes. _____

- ATA DA REUNIÃO DE 24 DE ABRIL DE 2019 (N.º 09/2019)

Defendemos, sem dúvida, o direito ao descanso dos cidadãos residentes, tal como entendemos que é necessário compatibilizar os vários e legítimos interesses em presença de forma a que a liberdade económica dos comerciantes e o direito ao repouso dos moradores não entrem em rota de colisão. _____

O caminho faz-se caminhando e estamos disponíveis para uma solução que não indefira o pedido e que possa contribuir para o equilíbrio e para uma coexistência pacífica entre comerciantes, visitantes e cidadãos que não sendo residentes na Vila aqui vêm amiudadas vezes. Trata-se, também, de ter um outro olhar para uma situação que vêm permitir uma maior conciliação entre a função residencial e a função comercial que o nosso território tanto necessita. _____

Indeferir o pedido com base no citado artigo é, para além de injusto por não haver justificação fatural para o efeito, estar a promover a concorrência desleal entre estabelecimentos e "cortar as pernas" a um jovem empresário por eventuais erros cometidos por outros, que o único "pecado" que cometeu foi o de não seguir o exemplo de muitos outros, ficar e investir na sua terra. _____

Perante estes factos e porque cada caso é um caso deve ser dado o benefício da dúvida ao empresário e deferido o pedido de alargamento de horário o qual *"pode ser revogado, a todo o tempo, quando se verifique a alteração dos fundamentos que determinaram o alargamento do horário"* como determina o nº 3 do citado artº. 7º. _____

Figueiró dos Vinhos, 24 de abril de 2019 _____

O Vereador _____

Luís Filipe Silva". _____

O Sr. Vereador Amândio Ideias, também manifestou a sua opinião no sentido de ser alargado o horário do referido estabelecimento. _____

O Sr. Presidente da Câmara Municipal Jorge Abreu, foca o teor da Proposta de Deliberação, não reunindo parecer favorável por parte da GNR, ainda que não vinculativo, tendo certamente por base todo o processo anterior com o antigo proprietário, que diversas queixas foram apresentadas por parte de um vizinho, atendendo a que não estando reunidos os requisitos previstos, a proposta ser no sentido do indeferimento. _____

A Sr.ª Vereadora Dr.ª Marta Brás, tendo conhecimento do processo administrativo interno relativo ao anterior proprietário, de variadíssimas queixas, várias fiscalizações foram feitas, manifestando a sua grande preocupação, pensando no proprietário atual, até no sentido de o proteger, se entretanto se garantirem todas as

- ATA DA REUNIÃO DE 24 DE ABRIL DE 2019 (N.º 09/2019)

condições pode ser que futuramente possam analisar novamente aquele pedido. _____

Depois destas considerações **o Sr. Presidente da Câmara Municipal Jorge Abreu**, pôs a Proposta de Deliberação n.º 44/2019, a votação, tendo a Câmara Municipal deliberado por maioria, três votos a favor dos Senhores Vereadores do Partido Socialista e dois votos contra do Sr. Vereador do Movimento Figueiró Independente, e do Sr. Vereador eleito pela Coligação do Partido Social Democrata/Partido Popular, proceder em conformidade com a mesma, indeferindo o pedido de alargamento do limite do horário requerido para o estabelecimento: “*Friend’s*” Pub, sito em Rua Dr. Manuel Vasconcelos, n.º 13 – Figueiró dos Vinhos, com o horário das 06:00h às 04:00h (do dia seguinte) às sextas-feiras, sábados, vésperas de feriados e ocasiões festivas do concelho, considerando que de acordo com a presente informação não estão reunidos os requisitos previstos no art.º 7º do regulamento do horário de funcionamento dos estabelecimentos de restauração ou de bebidas, de comércio de bens, de prestação de serviços ou de armazenamento do Município de Figueiró dos Vinhos. _____

- ATA DA REUNIÃO DE 24 DE ABRIL DE 2019 (N.º 09/2019)

6. GABINETE TÉCNICO FLORESTAL

6.1 AUTORIZAÇÃO PRÉVIA PARA AS AÇÕES DE (RE)ARBORIZAÇÃO

6.1.1 PROPONENTE: JOAQUIM DE JESUS MIRANDA - MORADA: RUA PRINCIPAL ALDEIA DE ANA DE AVIZ - PROPRIEDADE: PENEDO - ÁREA DA EXPLORAÇÃO: 0,75HA – ÁREA A INTERVENCIONAR: 0,57HA: Sobre este assunto foi presente o seguinte parecer emitido pelo Técnico Engenheiro Florestal Luís Filipe Silva: _____

Parecer Técnico:

“Prevê o projecto florestal em epígrafe, disponível na plataforma SI-ICNF a rearboração de uma área total de 0,57ha, constituída por uma parcela, localizada próximo do lugar de Aldeia da Cruz, pertencente à circunscrição administrativa da União das Freguesias de Figueiró dos Vinhos e Bairradas. Trata-se de uma parcela ocupada atualmente por Eucalipto-comum (*Eucalyptus globulus*) e uma pequena área ocupada por Pinheiro bravo (*Pinus pinaster*) matos e vegetação espontânea. Pretende o proponente rearborear aquela parcela com recurso à espécie Eucalipto comum (*Eucalyptus globulus*). Desde logo, ao abrigo da Lei n.º 77/2017 de 17 de Agosto que traduz a primeira alteração ao Decreto-Lei n.º 96/2013, de 19 de julho, que estabelece o regime jurídico aplicável às ações de arborização e rearboreação, não permite a substituição de espécie pela espécie *Eucalyptus*, logo a área correspondente a 0,1 hectares de *Pinus pinaster* não poderá ser substituída pela primeira. _____

Relativamente ao pedido de rearboreação e ao enquadramento das ações no PMOT e PMDFCI, importa destacar: _____

Enquadramento em PDM

De acordo com a localização apresentada e segundo a Planta de Ordenamento relativamente à classificação e qualificação do solo a parcela encontra-se classificada como Espaço Florestal de Produção. Relativamente à Planta de Condicionantes, a parcela apresenta um Risco de Incendio que oscila do Baixo a Muito Alto. _____

- ATA DA REUNIÃO DE 24 DE ABRIL DE 2019 (N.º 09/2019)

Recomenda-se contudo, que o plano de gestão e orientação futuro atenda às boas práticas silvícolas, conciliando a produção lenhosa com os valores ambientais presentes e a defesa da floresta contra incêndios. _____

Enquadramento em PMDFCI

Quanto ao PMDFCI (Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios) a parcela foi percorrida por incêndios florestais nos últimos 10 anos e apresenta várias classes de risco: Baixo, Médio, Alto e Muito Alto. _____

Assim recomenda-se que as operações de instalação do novo povoamento salvaguardem sempre os valores do solo, dos recursos hídricos e da conservação da natureza, devendo a mobilização do solo, ser realizada segundo a curva de nível. _____

Posto isto, e atendendo às medidas de salvaguarda referidas, consideramos que o projecto reúne as condições no sentido de merecer o nosso parecer favorável” _____

A Câmara Municipal deliberou por unanimidade emitir parecer favorável de acordo com a Informação emitida, pelo Técnico Superior Engenheiro Filipe Silva. _____

O Senhor Vereador Engenheiro Filipe Silva, não participou na discussão e votação deste assunto por razões profissionais, enquanto técnico da autarquia, tendo-se na altura ausentado da Sala de Reuniões. _____

6.1.2 PROPONENTE: ANDRÉ AFONSO - MORADA: RUA DO BAIRRO – SILVEIRA GRANDE - PROPRIEDADE: VÁRZEA REDONDA - ÁREA DA EXPLORAÇÃO: 7,36HA – ÁREA A INTERVENCIÓNAR: 5,92HA: Sobre este assunto foi presente o seguinte parecer emitido pelo Técnico Engenheiro Florestal Luís Filipe Silva: _____

Parecer Técnico:

“Prevê o projecto florestal em epígrafe, disponível na plataforma SI-ICNF a (re)arborização de uma área total de 5,92ha, constituída por 3 parcelas (Braçal – 0,44ha; Lombas – 1,49ha; Várzea Redonda – 3,99ha), localizada próximo do lugar de Várzea Redonda, pertencente à circunscrição administrativa da União das Freguesias de Figueiró dos Vinhos e Bairradas. Tratam-se de parcelas ocupadas atualmente por eucalipto

- ATA DA REUNIÃO DE 24 DE ABRIL DE 2019 (N.º 09/2019)

comum (*Eucalyptus globulus*), Matos e demais vegetação espontânea. Pretende o proponente (re)arborizar as três parcelas com recurso maioritariamente à espécie Pinheiro bravo (*Pinus Pinaster*) com 4,65ha e com Eucalipto (*Eucalyptus globulus*) numa área de 1,27ha. Quanto ao enquadramento das ações no PMOT e PMDFCI, importa destacar: _____

Enquadramento em PDM

De acordo com a localização apresentada e segundo a Planta de Ordenamento e Carta de Condicionantes as parcelas encontram-se assim enquadradas: _____

BRAÇAL: _____

Planta de Ordenamento: Espaços Florestais de Produção. _____

Carta de Condicionantes: Área com Risco de Incêndio Muito Alto, Alto, Médio e Baixo. _____

LOMBAS: _____

Planta de Ordenamento: Estrutura Ecológica Municipal; Espaços Florestais de Produção; Aglomerados Rurais.

Carta de Condicionantes: Área com Risco de Incêndio Muito Alto, Alto, Médio Baixo e Muito Baixo. _____

VÁRZEA REDONDA: _____

Planta de Ordenamento: Estrutura Ecológica Municipal; Espaços Florestais de Produção; Espaços Florestais de Conservação. _____

Carta de Condicionantes: Áreas com Risco de Erosão; Área com Risco de Incêndio Muito Alto, Alto, Médio Baixo e Muito Baixo. _____

Relativamente à parcela LOMBAS, esta encontra-se nas imediações do lugar de Várzea Redonda que é um aglomerado urbano logo aplica-se as condicionantes previstas no PMDFCI, designadamente a criação e manutenção de faixas de gestão de combustíveis. _____

Para as restantes parcelas recomenda-se que o plano de gestão e orientação futuro atenda às boas práticas silvícolas, conciliando a produção lenhosa com os valores ambientais presentes e a defesa da floresta contra incêndios. _____

Enquadramento em PMDFCI

- ATA DA REUNIÃO DE 24 DE ABRIL DE 2019 (N.º 09/2019)

Quanto ao PMDFCI (Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios) todas as parcelas foram percorridas por incêndios florestais nos últimos anos apresentando várias classes de Risco de Incêndio (Muito Baixo, Baixo, Médio, Alto e Muito Alto). _____

Conforme referido a Parcela LOMBAS situa-se próximo de um Aglomerado Rural e de acordo com o PMDFCI grande parte desta parcela está inserida nas chamadas faixas de gestão de combustíveis o que obedece a um conjunto de normas e regras (Decreto-Lei 124/2006 de 28 de Junho com as sucessivas alterações) que deverão ser observadas, desde logo, as distancias a respeitar ao edificado e infraestruturas DFCI. _____

Em conclusão e salvaguardando as normas impostas para a parcela LOMBAS, recomenda-se que as operações de instalação do novo povoamento salvaguardem sempre os valores do solo, dos recursos hídricos e da conservação da natureza, devendo a mobilização do solo, ser realizada segundo a curva de nível. _____

Posto isto, e atendendo às restrições e medidas de proteção referidas, consideramos que o projecto reúne as condições no sentido de merecer o nosso parecer favorável”. _____

A Câmara Municipal deliberou por unanimidade emitir parecer favorável de acordo com a Informação emitida, pelo Técnico Superior Engenheiro Filipe Silva. _____

O Senhor Vereador Engenheiro Filipe Silva, não participou na discussão e votação deste assunto por razões profissionais, enquanto técnico da autarquia, tendo-se na altura ausentado da Sala de Reuniões. _____

- ATA DA REUNIÃO DE 24 DE ABRIL DE 2019 (N.º 09/2019)

7. GABINETE DE CULTURA E TURISMO**7.1 APRECIACÃO E APROVAÇÃO DO PRECÁRIO/WORKSHOP DE OURIVESARIA NO MUSEU**

E CENTRO DE ARTES: Sobre este assunto foi presente a seguinte Informação Interna n.º 11/2019 emitida pela Técnica Superior Dr.ª Paula Mendes do Gabinete de Cultura e Turismo, tendo a Câmara Municipal deliberado por unanimidade aprovar o Plano de Custos, de 10,00€ (dez euros) por participante. _____

Informação Interna n.º 11/2019:

No seguimento da proposta do Plano Anual de Atividades (PAA) para o Museu e Centro de Artes, propôs-se a realização de um workshop de Introdução à Ourivesaria pelo artesão/ourives Miguel Borges (residente nas Bairradas). A atividade irá decorrer nos Jardins do Museu e Centro de Artes/ Casulo, como forma de dinamização dos espaços, e, simultaneamente pretende-se promover o artesanato do Concelho. Os participantes terão assim, a oportunidade de adquirirem conhecimentos básicos para a elaboração de um anel, em prata. No final da oficina o anel ficará para o participante. _____

Propõe-se um valor por participante de 10,00 €, sendo o número de participantes limitado a 10 pessoas. O custo da formação e respetivos materiais serão suportados pelo Município. _____

Desta forma, deixo à superior consideração de V.ª Ex.ª apreciação e aprovação do plano de custos que se segue. _____

Plano de Custos

Quantidade	Descrição	Fornecedor	Valor Unt.	Valor Total
1	Workshop de ourivesaria, anéis em prata	Miguel Ângelo Baptista Borges S/N – Marvila 3260-511 Bairradas Contribuinte: 227667603 Tlm: 962182705	153,75 €	153,75 €

Workshop	N.º Sessões	Calendarização	N.º Inscrições	Público-alvo	Formador	Valor inscrição
Introdução à Ourivesaria	1	18 de maio	10	Adultos	Miguel Ângelo Borges	10,00 €

- ATA DA REUNIÃO DE 24 DE ABRIL DE 2019 (N.º 09/2019)

8. GABINETE DE AÇÃO SOCIAL E EDUCAÇÃO

8.1 PLANO DE TRANSPORTES ESCOLARES PARA O ANO LETIVO DE 2019/2020: A Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar o Plano de Transportes Escolares para o ano letivo de 2019/2020. _____

- ATA DA REUNIÃO DE 24 DE ABRIL DE 2019 (N.º 09/2019)

9. PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO _____

Dado ser o último ponto e não havendo público, e para constar, **o Sr. Presidente da Câmara Municipal, Jorge Abreu**, entregou cópia ao Sr. Vereador Eng.º Filipe Silva, do documento que leu no início da sua intervenção. _____

- ATA DA REUNIÃO DE 24 DE ABRIL DE 2019 (N.º 09/2019)**ENCERRAMENTO DA REUNIÃO:**

E não havendo mais assuntos a tratar nesta reunião, o Senhor Presidente declarou encerrada a mesma, eram dezanove horas e dez minutos. _____

Para constar e devidos efeitos, se lavrou a presente ata, que depois de considerada em conformidade com a minuta previamente elaborada e aprovada, vai ser assinada pelo Senhor Presidente e por mim _____, na qualidade de Secretário que a redigi, subscrevi e igualmente assino, nos termos do n.º 2 do artigo 57.º da Lei 75/2013, de 12 de setembro. _____

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL

O TÉCNICO SUPERIOR DA U.O.A.F.

- ATA DA REUNIÃO DE 24 DE ABRIL DE 2019 (N.º 09/2019)

--

- ATA DA REUNIÃO DE 24 DE ABRIL DE 2019 (N.º 09/2019)